

Mulheres indígenas e internet: A mobilização social da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia no Instagram

Andréa Aparecida Cattaneo de Melo¹
Rafael Ademir Oliveira de Andrade²

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar a atuação do movimento social de mulheres indígenas denominado Associação Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR) a partir de publicações na rede social Instagram. A organização tem como foco pautas enaltecedendo o protagonismo feminino e a defesa dos direitos indígenas, proporcionando lugar de fala às mulheres indígenas em prol do bem-viver. A pesquisa é um estudo de caso, de natureza descritiva, realizada por meio documental. Foram analisadas 432 mensagens de imagem e texto postadas no Instagram no período de 29 de julho de 2020 a 06 de outubro de 2025. As publicações foram divididas em cinco categorias: participação em eventos, promoção de eventos, manifestação de apoio ou repúdio, homenagens/celebrações e outros.

Palavras-chaves: movimento de mulheres indígenas, gênero, ativismo virtual

Abstract: This study aims to analyze the activities of the indigenous women's social movement called the Indigenous Warriors Association of Rondônia (AGIR) based on publications on the social network Instagram. The organization focuses on issues highlighting female leadership and defending indigenous rights, providing a voice for indigenous women in the pursuit of well-being. The research is a descriptive case study, conducted through documentary analysis. 432 image and text messages posted on Instagram between July 29, 2020, and October 6, 2025, were analyzed. The publications were divided into five categories: participation in events, promotion of events, expressions of support or repudiation, tributes/celebrations, and others.

Keywords: Indigenous women's movement, gender, virtual activism

Introdução

A inserção de pautas de mulheres indígenas nos processos participativos remonta das últimas décadas e é possível identificar grupos de discussão e movimentos de reivindicações por melhores condições de vida tanto para as mulheres quanto para os povos originários, a partir da representação feminina. As causas que afetam as mulheres indígenas, estabelecendo critérios de manifestação e busca de direitos primordiais, ultrapassam a demarcação de território e envolvem situações de equidade de gênero, violência doméstica, agressões, assistência à saúde feminina insuficiente, educação deficitária e falta de espaço para lideranças femininas, entre outras perspectivas (SILVA, 2021; RABELO *et. al.*, 2021).

As mulheres indígenas são tidas como protetoras do território, onde o próprio corpo é um território ancestral e a luta de uma é a luta de todas na resistência representada por meio de pinturas, adereços tradicionais, danças e cantos. E no combate aos processos de violência generalizada. “São lutas que não são restritas apenas a uma etnia, mas que se

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: cattaneo.andrea@unir.br. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9843037496706772>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8575-9945>.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); E-mail: profrafaelsocio@gmail.com; Lattes iD:<http://lattes.cnpq.br/3790116411091463>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1047-3499>.

conectam em questões mais abrangentes e coletivas, como o enfrentamento às violências de gênero, que significa manter seus corpos presentes e fortalecidos na luta!" (NICHNIG, 2025, p. 09).

Para além do ordenamento geral, as mulheres indígenas têm formado redes de apoio, participado de eventos e conduzido carta de defesa de direitos e de adequação das necessidades, com vistas ao protagonismo e a visibilidade das próprias experiências e dos anseios femininos e dos povos originários de forma a serem reconhecidos os aspectos primordiais da carência sofrida em âmbito nacional (DUTRA, MAYORGA, 2019). A confluência de demandas parte de características diversas, tendo a interseccionalidade entre os direitos das mulheres indígenas, os direitos dos povos originários, a demarcação dos territórios e os movimentos próprios como fundamentos para a proposição de políticas públicas específicas.

E, como parte do compartilhamento de informações e atividades realizadas pelas organizações constituídas em âmbito local, como a divulgação de ações inerentes às temáticas expostas, a tecnologia digital é um instrumento relevante na construção e difusão de conteúdo informacional acerca da notoriedade dos movimentos sociais, principalmente as redes sociais como o Instagram, que dispõe de ferramentas interativas e de longo alcance.

Assim, a partir dos movimentos de mulheres indígenas destacados pelo mapeamento realizado em 2024 pelo Instituto Socioambiental (ISA), em parceria com a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga)¹, o presente artigo apresenta análise das ações divulgadas pela Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia na rede social Instagram por meio do perfil @guerreiras.indígenas.ro. A organização foi criada em 28 de setembro de 2015 e tem como membros mulheres de 56 povos como Tupari, Suruí Paiter, Cinta Larga, Oro Win, Apurinã, entre outros. Atua em âmbito estadual e regional, conforme descrição publicada no Instagram, para "fortalecer a luta pelos direitos, saúde, educação, sustentabilidade e demais direitos sociais, por meio do acesso às informações e debates que possam impulsionar as nossas reivindicações e o empoderamento coletivo" (29/07/2020).

Para a discussão da temática, o artigo está dividido em duas partes: 1) "Direitos e desafios das mulheres indígenas", onde constam as seções "Os movimentos de mulheres indígenas", "Os movimentos de mulheres indígenas em Rondônia" e "A comunicação de movimentos indígenas em tempos de mídias sociais"; e 2) "O ativismo digital da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia", com as seções "A luta plural das guerreiras indígenas de Rondônia no Instagram" e "As publicações da AGIR no Instagram".

DIREITOS E DESAFIOS DAS MULHERES INDÍGENAS

A discussão de gênero ganha novos contornos quando extrapola as barreiras étnicas e encontra voz nos movimentos de mulheres indígenas que têm a força multiplicada em prol do bem-viver. A intersecção entre ser mulher, mulher indígena e membro de um movimento social se entrelaça com pautas que vão além do próprio universo feminino, buscando atender as necessidades dos povos originários desde a propriedade territorial até o direito inerentes às mulheres de fazer parte dos processos participativos democráticos da sociedade, passando pelo acesso à saúde, educação e segurança (NUNES et. al., 2024; RABELO et. al., 2021).

As mulheres indígenas não se sentem inseridas no contexto da sociedade, visto a vulnerabilidade de direitos essenciais de ser mulher diante de dispositivos legais que não atendem às atuações dos povos originários, dividem posicionamentos entre indígenas e não

indígenas, e revelam-se como uma barreira para o amparo efetivo em situações como violência doméstica e a implementação de leis como a Maria da Penha, aplicada para punir na “lei dos brancos”, mas que falta nos casos das mulheres indígenas (SILVA, 2021; ALMEIDA et. al., 2023).

Tal exemplo traz à tona a falta de políticas públicas que assistam às mulheres indígenas na sua constituição familiar e social, enaltecedo características que merecem um olhar mais apurado para a assistência por parte dos órgãos públicos, assim como a própria demarcação territorial, “porque é a terra que garante uma reestruturação das comunidades indígenas”, que depende da ação pública para ser efetivada. “Sem terras reconhecidas, o que acontece é um efeito cascata de violência e a parte mais vulnerável é a mulher. A demarcação é uma pauta de gênero e de defesa das mulheres indígenas” (SILVA apud GIMENES, 2016, entrevista ao Huffpost Brasil).

Denota-se a falta de compreensão das realidades vivenciadas por mulheres, das próprias culturas indígenas e das experiências individuais e coletivas nos dias atuais, esbarrando na trajetória de cada mulher, no que concerne ao dimensionamento social e político de cada povo originário (NICHNIG, 2025). A postura dos poderes públicos não reflete o protagonismo feminino requerido em âmbito nacional visando a democratização do acesso aos direitos humanos e a construção salutar da sociedade dentro e fora das comunidades indígenas.

A inserção de pautas dos povos indígenas, mais especificamente de mulheres indígenas, nas agendas políticas no Brasil está longe de ser prioridade frente aos interesses dos grupos que representam a política nacional e os espaços de poder e tomada de decisão, já que ainda não há uma sólida representatividade (SILVA, 2018). Importa ressaltar que o longo caminho de visibilidade feminina no cenário político nacional começou a ser trilhado por lideranças indígenas como Joênia Wapixana (ex-deputada federal e atual presidente da FUNAI), Sônia Guajajara (atual ministra dos Povos Indígenas, criado em 2023) e Célia Xakriabá (deputada federal).

Contudo, os grupos constituídos de mulheres indígenas têm buscado visibilidade e apoio nas últimas décadas, por meio de articulação social e política, para dirimir os problemas inerentes aos aspectos próprios de cada comunidade que vão além dos próprios anseios, lutando por seus direitos e de seus descendentes por educação e saúde para as crianças, leis contra a exploração da mão de obra, contra a violência física, psicológica e abusos sexuais (SILVA, 2021; KAUSS, PERUZZO, 2012).

Os movimentos de mulheres indígenas

Sobre os primeiros movimentos indígenas femininos no Brasil, destaca-se que as primeiras organizações de mulheres indígenas no país foram a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá, Rio Uaupés e Tiguié (AMITRUT), criadas na década de 1980 (RABELO, 2021). De lá para cá, outras associações foram criadas.

As primeiras organizações criadas por mulheres proliferaram e, por isso, as denúncias de seus principais problemas se tornaram conhecidas, assim como as suas reivindicações mais urgentes, que são: apoio das lideranças masculinas nas decisões políticas dentro e fora das aldeias; elas também pedem que as organizações indígenas façam a promoção de atividades educativas relacionadas à saúde da mulher; o acesso às políticas de capacitação profissional etc. (RABELO, 2021, p. 259)

Em 2002, aconteceu o primeiro encontro de mulheres indígenas amazônicas e a criação do Departamento de Mulheres Indígenas, ligado à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Já em 2009, surgiu a União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB). As autoras Dutra e Mayorga (2019) alertam para o fato de que cada associação, além das pautas gerais, tem as próprias preocupações em torno das necessidades dos povos indígenas, dependendo da localização geográfica, configuração territorial e questões étnicas. Cada organização trabalha a representação regional para discutir de forma coletiva os desafios enfrentados pela comunidade, onde as propostas são debatidas.

Com a institucionalização das demandas das mulheres indígenas, lideranças indígenas femininas passaram a frequentar, cada vez mais, reuniões nacionais e internacionais, o que propiciou a consolidação e a articulação de suas organizações. Segundo Verдум (2018), o processo vem ainda fortalecendo a capacidade de determinadas organizações de mulheres indígenas para participar e exercer o controle social na esfera pública em interlocução com a sociedade não indígena. (DUTRA, MAYORGA, 2019, p. 120)

Contudo, as discussões extrapolam os espaços dos povos originários para dialogar sobre os desafios que prejudicam principalmente as mulheres indígenas com organização não-indígenas, visto que deve haver interação entre os poderes e os movimentos constituídos na busca por soluções que demonstrem e amenizem os problemas enfrentados pelo público feminino nas diferentes comunidades indígenas e as peculiaridades próprias de cada povo.

Em 2002 a Funai, por pressão de lideranças indígenas femininas, ofereceu uma série de “oficinas a mulheres indígenas (...) para que estas obtivessem um vocabulário com conceitos da teoria de gênero, e uma instrução sobre direitos humanos, direito dos povos indígenas e direito das mulheres indígenas” (DUTRA, MAYORGA, 2019, p. 122). Tal ação proporcionou a elaboração de uma cartilha com as principais reivindicações das mulheres e, posteriormente, em 2007, a criação da atual Coordenação de Gênero Assuntos Geracionais e Mobilização Social, ligada à Fundação Nacional do Índio (Funai).

Já em agosto de 2025, ao final da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, foi divulgada a “Carta Pela Vida e Pelos Corpos-Territórios”ⁱⁱ, como contribuição de 700 vozes para a construção da política nacional para a mulher, visando a criação de uma política nacional para mulheres indígenas com temáticas voltada às especificidades à população feminina. Os cinco eixos temáticos contemplam 49 propostas de direito e gestão territorial, emergência climática, políticas públicas e violência de gênero, saúde indígena, educação e transmissão de saberes ancestrais para o bem viver. Com a elaboração do documento, afirma-se o protagonismo da mulher indígena e a liderança na construção de políticas públicas voltadas aos povos originários. “Nosso corpo é território! Somos as guardiãs do planeta pela cura da terra!”ⁱⁱⁱ, exorta a Carta.

A pauta das organizações indígenas femininas é vasta, para além do que já foi citado: falta de representatividade junto às sociedades indígenas e aos poderes públicos, violência conjugal, violência diante da sociedade não indígena, inviabilização de demandas próprias. Mas, apesar das temáticas envolverem gênero, importa ressaltar que as organizações de mulheres indígenas não referenciam suas ações como sendo feministas, visto que defendem, em primeiro lugar, a demarcação de territórios como ponto primordial para a construção e reparação social dos povos originários (DUTRA, MAYORGA, 2019; SILVA, 2021). “Elas ensinam às suas comunidades que não pretendem tirar os direitos dos homens,

mas lutarem ao lado deles, com igualdade, para fortalecer a luta comunitária e específicas por direitos de mulheres guerreiras" (RABELO *et. al.*, 2021, p. 259).

Os movimentos de mulheres indígenas em Rondônia

O Instituto Socioambiental (ISA), em parceria com a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), divulgou em 2024 o Mapa das Organizações das Mulheres Indígenas no Brasil^{iv}, com o registro de 241 organizações formalmente criadas no Brasil. As informações foram coletadas a partir de dados reunidos no Sistema de Áreas Protegidas (SisArp), banco de dados do próprio ISA e preenchimento de formulário online organizado pela Anmiga junto às mulheres indígenas de todo território brasileiro. O levantamento levou em conta três critérios, onde a associação deve "ser formada por indígenas, exclusivamente por mulheres e estar em funcionamento"^v.

Entre as associações mapeadas, cinco movimentos estão localizados no estado de Rondônia: Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR); Iniciativa de Mulheres Indígenas Artesãs de Rondônia (TECÊ); Associação Indígena Ma'Payrap Karorap; Departamento de Mulheres (Associação Indígena Wäypa); e Departamento de Mulheres (Associação Metareilá do Povo Paiter Suruí).

A Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR) (<https://www.instagram.com/guerreiras.indigenas.ro/>) foi fundada em 2015, é uma organização sem fins lucrativos com sede em Cacoal-RO e reúne cerca de 500 mulheres de 56 povos indígenas. A Associação Indígena Ma'Payrap Karorap (https://www.instagram.com/mapayrap_karorap/) foi criada em 2020, está situada em Ji-Paraná-RO, na aldeia I'Terap, na Terra Indígena Igarapé Lourdes. A Iniciativa de Mulheres Indígenas Artesãs de Rondônia (TECÊ) (<https://www.instagram.com/loja.tece/>) atua na comercialização de produtos de artesãs de diversos povos indígenas, como Suruí, Cinta-Larga, Karitiana e Tupari com registro na rede social Instagram desde 2020.

Já os outros dois movimentos femininos são coordenações de associações específicas: o Departamento de Mulheres da Associação Indígena Wäypa (<https://www.instagram.com/waypa2005/>) que passou a funcionar em 2021, fundado por mulheres Wai Wai, trabalha com povos originários da Terra Indígena Rio Branco e da Reserva Biológica do Guaporé e está situado no município de Alta Floresta D'Oeste-RO; e o Departamento de Mulheres da Associação Metareilá do Povo Paiter Suruí (<https://www.instagram.com/metareila/>), que foi criado por mulheres Paiter Suruí e tem sede em Cacoal-RO, na Terra Indígena Sete de Setembro.

A comunicação de movimentos indígenas em tempos de mídias sociais

O Instagram é a rede social de fotos e vídeos mais popular no Brasil e a quarta mais acessada no mundo, com 2 bilhões de usuários ativos. É um aplicativo gratuito e, como dinâmica, o Instagram dispõe de interação entre os usuários por meio do *feed*, de publicação de *posts*, *reels* e *stories*, algoritmo com base nos interesses individuais, histórico de conteúdos e anúncios. Na rede social, é possível usar hashtags (#) para facilitar a pesquisa por imagens ou tema relacionados, curtir e comentar nas postagens, mesmo que os usuários não sejam amigos virtuais, trocar mensagens e realizar *lives*. A plataforma social é utilizada tanto para o compartilhamento de informações pessoais quanto para a divulgação e a comercialização de conceitos, produtos e serviços, influenciando na tomada de decisão por parte dos usuários (RABELO *et. al.*, 2021).

A plataforma digital, enquanto ambiente virtual de alcance nacional, tem visibilizado a divulgação da luta das mulheres indígenas, servindo como "espaço de conexão entre as

parentas das diferentes etnias, mas também para conectar apoiadoras e apoiadores, já que as mulheres indígenas seguem denunciando a ausência do Estado diante de suas demandas" (NICHNIG, 2025, p 09). O espaço virtual possibilita que a voz ecoe para um maior número de pessoas, propiciando que a causa das mulheres indígenas alcance o mundo exterior, articulando pautas e movimentando ações efetivas de defesa dos direitos.

O ativismo digital ultrapassa a simples publicação de atividades pontuais para algo mais robusto como a interlocução com outros grupos de mulheres indígenas, conectando saberes e luta por direitos humanos e possibilitando o protagonismo na defesa de soluções viáveis aos desafios enfrentados no cotidiano, para além das necessidades individuais, buscando igualdade de gênero e redução das desigualdades sociais e da violência, além da conservação e preservação ambiental (RABELO et. al., 2021). "Compartilhar experiências comuns, enfatizando projetos e a necessidade de criar organismos específicos das mulheres – os quais enfatizam suas demandas específicas, sem esquecer a luta pelo direito ao território ancestral." (NICHNIG, 2025, p. 09). É uma luta coletiva, ao mesmo tempo em que o resultado almejado depende de toda a humanidade.

Por meio da rede social, é possível dar visibilidade às narrativas da população indígena feminina, transformando os discursos em ações e representatividade social e aproximando as pautas de pessoas interessadas em contribuir com a causa indígena na construção de uma agenda política, estabelecendo o lugar de fala a quem tem o direito de reivindicar ações concretas do Estado brasileiro (RABELO et. al., 2021). Tal configuração tem o objetivo de motivar a integração de movimentos de mulheres indígenas na proposição de discussão que gere impacto positivo no protagonismo feminino dentro e fora das comunidades dos povos originários.

A persistência na utilização de ferramenta tecnológica alia-se ao saber compartilhado pelas mulheres indígenas na luta coletiva para fortalecer o discurso de resistência. "Por meio dos seus discursos de resistência publicados no Instagram, as indígenas representam suas aldeias na luta contra as opressões causadas pelo Estado e por grupos empresariais, tornando-se sujeitos de poder" (RABELO et. al., 2021, p. 265)

O ATIVISMO DIGITAL DA ASSOCIAÇÃO DAS GUERREIRAS INDÍGENAS DE RONDÔNIA

Para o presente artigo, fez-se um estudo de caso quantitativo e qualitativo, de natureza descritiva, por meio de pesquisa documental, abordando as informações contidas no perfil da organização social feminina do estado de Rondônia denominada Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR) – @guerreiras.indígenas.ro – na rede social Instagram. Foram analisadas 432 postagens no período de 29 de julho de 2020 a 06 de outubro de 2025, ou seja, a análise foi feita a partir da primeira postagem da organização no Instagram.

O perfil da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR) no Instagram têm como foco a mulher indígena e as ações voltadas para a defesa de pautas específicas de gênero, enaltecendo o protagonismo feminino nos espaços onde ela quiser estar. Apresenta, até a data estipulada para a pesquisa, 6.314 seguidores. A descrição na página inicial da rede social indica que é uma "Organização sem fins lucrativos. Desde 2015 ouvimos e levamos a voz e a luta das mulheres indígenas de Rondônia ao mundo. Somos mais de 500 na luta pelo território e vida".

Tanto a Coordenação Executiva quanto o Conselho Fiscal da Associação é formado por mulheres de 56 povos como Tupari, Suruí Paiter, Cinta Larga, Oro Win, Apurinã, entre outros. Segundo informações disponíveis no perfil do Instagram, a atual coordenação

conduzirá os trabalhos da Associação no quadriênio 2025-2029, tendo como prioridade o fortalecimento do espírito coletivo e a união entre as associadas na luta pelos direitos das mulheres indígenas e a proteção dos territórios.

Além de veicular publicações, disponibiliza as pastas “3ª Festa Guaporé”, “III Festa Guap”, “1ª Oficina Gestão”, “IV Marcha”, “Reunião 2025”, “ATL 2025”, “VI Assembleia”, “Quem somos”, “Covid-19”, “Oficinas”, “ONU”. Estão dispostas informações sobre eventos em que membros da Associação participaram ou promoveram, resultado de promoção de oficinas e publicização de ações junto à Organização das Nações Unidas. Na aba “Quem somos”, datada de agosto de 2020, há um carrossel com informações sobre a organização, como “AGIR é a voz das mulheres indígenas em Rondônia. Juntas, somos rio. Juntas somos mais fortes.”, fotografias e indicação de algumas das mulheres membros da Associação, nomeadas como guerreiras. A AGIR foi criada por Maria Leonice Tupari.



Fonte: [@guerreiras.indigenas.ro \(2025\).](https://www.instagram.com/guerreiras.indigenas.ro)

(Descrição da imagem): página do Instagram, com fundo branco, imagem da conta a esquerda e informações como o número de publicações e seguidores, abaixo variados ícones. Na parte inferior dispõe de seis publicações, contendo imagens de banner comemorativo dos 10 anos da AGIR e de manifestações com a participação de membros da Associação. (Fim da descrição).

As publicações da AGIR no Instagram

Para delimitar as ações divulgadas pela AGIR no Instagram, as publicações foram divididas em cinco categorias: a) participação em eventos; b) promoção de eventos; c) manifestações de apoio ou repúdio; d) homenagens e celebrações; e e) outros. Cada categoria apresenta características próprias tanto na maneira de promover a divulgação (texto, banner/cartaz, fotografia, vídeo) quanto no formato disponibilizado pela rede social Instagram (posts em forma de carrossel de fotografias e reels, neste caso).

A distribuição de postagens, conforme as categorias mencionadas, está apresentada no quadro abaixo:

| AÇÃO/POSTAGEM | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | TOTAL |
|-------------------------------------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| 1) PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS | 01 | 47 | 51 | 27 | 16 | 26 | 168 |
| 2) PROMOÇÃO DE EVENTOS | 37 | 40 | 07 | 21 | 10 | 07 | 122 |
| 3) MANIFESTAÇÃO DE APOIO OU REPÚDIO | 11 | 20 | 14 | 09 | 03 | 03 | 60 |
| 4) HOMENAGENS /CELEBRAÇÕES | 18 | 09 | 11 | 08 | 02 | 05 | 53 |
| 5) OUTROS | 06 | 02 | 08 | 06 | 05 | 02 | 29 |
| TOTAL | 73 | 118 | 91 | 71 | 36 | 43 | 432 |

O ano com o maior número de publicações foi 2021, com 118 postagens. E o ano com menor número de divulgações foi 2024, com 36 postagens. Em todos os anos, salvo 2020, a AGIR divulgou grande quantidade de participação em eventos gerais, tendo como mote a defesa de direitos dos indígenas e a capacitação de mulheres para compreender o processo de luta pela igualdade dos povos e de gênero, além de obter informações sobre o funcionamento de ferramentas para uso coletivo, como o próprio Instagram.

A seguir, a disposição de dados do período analisado, separados por categoria.

a) Participação em eventos

Na categoria participação em eventos, foram analisadas postagens de manifestações nacionais e regionais, com a participação de representantes da AGIR, além de contribuições diretas e indiretas na construção de pautas, diálogos e reflexões. No período de 2020 a 2025, foram 168 postagens referentes a participações em eventos. Destaque para as edições da Marcha das Mulheres Indígenas, Conferência Nacional de Mulheres Indígenas, Ciclo COParente (evento que antecede a COP 30), Acampamento Terra Livre (ATL) e encontros regionais com temas diversos.

Nos anos de 2022 e 2021, houve quantidade expressiva de divulgação de participação em eventos, sendo respectivamente 51 e 47 postagens. Cronologicamente, em 2021, o foco foi a participação de representantes da AGIR na II Marcha das Mulheres Indígenas, com o tema “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da terra”. O evento aconteceu entre os dias 07 e 11 de setembro, em Brasília/DF. Em 15 postagens, entre carrossel de fotografias e vídeos, os registros são de apresentação cultural, roda de discussões sobre temáticas relacionadas ao bem-estar as mulheres indígenas e dos povos originários, manifestação sobre a votação do marco temporal pelos ministros do Supremo Tribunal Federal e a luta contra o retrocesso dos direitos originários.

Destaque também para o evento nacional 18º Acampamento Terra Livre em 2022, ocorrida entre os dias 04 e 14 de abril, em Brasília/DF, com a participação de mulheres indígenas na delegação de Rondônia, formando um grupo de 86 pessoas, representando 15 povos originários. Na pauta de reivindicações, as representantes da AGIR participaram de manifestação em prol da vida e pelo território saudável sem a presença de mineração; se posicionaram contra a PL-191/2020 que propunha a mineração em terras indígenas; a favor da demarcação de territórios; de representatividade política; abordaram a precarização da saúde indígena; reivindicaram o empoderamento na luta das mulheres e da ancestralidade, o comprometimento dos parentes com a luta indígena; e participaram da marcha pela vida e resistência. Foram 27 publicações no período do evento, diretamente relacionadas com o Acampamento Terra Livre, entre carrossel de fotografias das manifestações e da participação ativa das representantes da Associação, vídeos e descrições dos atos.



Fonte: @guerreiras.indigenas.ro (2025).

(Descrição da imagem): página do Instagram, com imagem fotográfica de mulher indígena pintada no ATL 2022 e texto explicativo sobre a participação da delegação dos povos originários do estado de Rondônia no Acampamento Terra Livre, em Brasília. (Fim da descrição).

Em 2023, membros representaram a Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia no 19º Acampamento Terra Livre (ATL), na III Marcha das Mulheres Indígenas, em manifestações regionais contra o marco temporal e no Fórum Estadual de Mudanças Climáticas. Nos anos de 2024 e 2025, delegações da AGIR participaram das edições do Acampamento Terra Livre (ATL), com expressiva mobilização de membros contra a lei 14.701 do marco temporal e o processo de demarcação, contra a exploração de recursos naturais e a favor dos direitos dos indígenas, incluindo demandas próprias dos povos originários do estado de Rondônia. Ainda em 2025, ressalta-se a participação de 110 “guerreiras” na IV Marcha das Mulheres Indígenas. Em todos os anos, membros da Associação participaram da Assembleia da Associação das Mulheres Indígenas de Rondônia.

Para além dos eventos nacionais, foi possível detectar que a AGIR participa de eventos com pautas diversificadas com o intuito de promover a reflexão e a interseção de assuntos relevantes às mulheres, principalmente sobre empoderamento feminino, liderança e aprimoramento de ações voltadas para a saúde, educação, cultura, empreendedorismo e segurança da mulher indígena. Denota-se um engajamento maior em causas para além de gênero, com abordagem que tem como foco o bem-estar da população indígena.

b) Promoção de eventos

Nos dois primeiros anos de publicação no Instagram, 2020 e 2021, a AGIR divulgou números significativos de promoção de eventos, sendo 37 e 40 postagens, respectivamente, do total de 122 publicações. Foram oficinas, treinamentos, palestras e assembleias direcionadas às mulheres indígenas. Entre oficinas e treinamentos, destacam-se o uso de ferramentas digitais, empreendedorismo, técnicas de comunicação, uso do Instagram. Também aconteceram palestras sobre os direitos das mulheres indígenas, protagonismo feminino, violência contra a mulher, Covid-19, além de promoção de *lives* sobre assuntos relacionados à epidemia de coronavírus.

No período de 2022 a 2025, os temas de oficinas e treinamentos foram empoderamento da mulher indígena, gestão, impactos e exploração ambiental nas terras indígenas no estado de Rondônia. Palestras sobre direitos das mulheres, atuação das organizações indígenas, autonomia das mulheres indígenas e Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP).

Os eventos foram divulgados a partir de chamamentos, convocações ou das próprias ações nos dias em que aconteceram, por meio de *banners*, carrossel de fotografias e vídeos. A Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia também promoveu assembleias anuais para discutir os percursos da Associação, tendo como ponto central a exaltação da luta feminina como: “Mulheres indígenas de Rondônia superando desafios” (2021) e “Defendendo direitos e fortalecendo as mulheres indígenas e Rondônia” (2025).

Importa ressaltar que temas caros à população indígena são focos de diálogo permanente na busca por melhores parcerias e estabelecimento da conduta da mulher indígena na promoção de bem-estar e de bem-viver. A AGIR tem como característica contribuir para a visibilidade da mulher em todos as áreas da vida, enaltecedo a vivência pessoal, familiar e profissional, do individual ao coletivo.

c) Manifestação de apoio ou repúdio

A Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia demonstrou engajamento na rede social Instagram em 60 publicações de manifestação de apoio ou repúdio. Os textos dos manifestos são acompanhados por *banners* ou fotografias. Entre as demonstrações de apoio, ressalta-se a nota de apoio ao povo Munduruku contra garimpos em terras indígenas (2021); e a menção de apoio à Sonia Guajajara por perseguição política do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2021).

Entre as manifestações de repúdio, sobressaem a publicação contra o marco temporal, onde há o destaque de que vidas e terras indígenas importam (2020); a carta de repúdio contra atos do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro por criminalizar as lutas socioambientais indígenas e por violações e violências praticadas contra os povos indígenas no contexto da pandemia de Covid-19 (2021); o manifesto contra o projeto de lei 3.729/2004, que prevê acabar com o licenciamento ambiental (2021); a carta de repúdio às declarações do deputado federal coronel Chrisóstomos (PL-RO) por proferir “declarações racistas, preconceituosas e misóginas” contra os povos indígenas, principalmente dirigidas à deputada federal Célia Xakriabá (2025).



Fonte: @guerreiras.indígenas.ro (2025).

(Descrição da imagem): página do Instagram, com imagem fotográfica de mulheres indígenas e nota de repúdio e texto explicativo sobre a preocupação e indignação diante dos atos do governo federal quando da presidência de Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19. (Fim da descrição).

d) Homenagens/celebrações

Em 53 postagens no Instagram, a AGIR faz homenagens a personagens indígenas nacionais e locais, incluindo mulheres indígenas da própria associação, como líderes que morreram em decorrência da Covid-19 (2020) e o cacique Raoni Metuktire (2022), do povo Kayapó. Outro destaque é a publicação da reportagem “Donas da Amazônia – presença feminina em posições de liderança e nas várias etapas das cadeias extrativistas vem crescendo na região” na revista Cenarium, editoria de Economia & Sociedade (2023).

Também aconteceram divulgações de celebrações de datas comemorativas como o dia das mães, dia da mulher, dia dos povos originários, dia da terra e celebrações de aniversários de mulheres indígenas. As homenagens e referências às festividades são compostas por fotografias e textos enaltecendo pessoas e suas ações.

e) Outros

Na categoria “outros”, 29 publicações tratam de questões que não se enquadram nos itens anteriores, mas estão relacionadas às ações da Associação e ao universo indígena feminino como disponibilização de dados bancários para a arrecadação de recursos financeiros por meio de doação e divulgação de promoção de rifas para custear gastos gerais da AGIR e potencializar a participação em eventos. Também há publicações de editais nacionais e internacionais, como o Edital FLD 2023, da Fundação Luterana de Diaconia, com o objetivo de fortalecer “as organizações indígenas de base e da articulação de mulheres indígenas” (2023).

A luta plural das guerreiras indígenas de Rondônia no Instagram

A categorização das temáticas referente às publicações no Instagram, demonstra que as mulheres da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia têm ciência do poder da comunicação digital quando se apropriam de discussões que vão além do seu espaço territorial, transformando o Instagram em janela para defender causas consideradas importantes para todos os povos originários. Como aponta Rabelo *et. al.* (2021, p. 270/271), “O discurso e a militância da mulher indígena são usados para democratizar a luta dos povos tradicionais, manter a sobrevivência das comunidades e a preservação dos seus territórios sagrados”.

A Associação atua em várias frentes de trabalho, contribuindo para o aprimoramento das ações promovidas por elas ao mesmo tempo em que participam ativamente de manifestações em prol dos povos originários, pois defendem os próprios direitos enquanto mulher e o direito dos indígenas de ter seu território demarcado, acesso à saúde, educação, segurança e questões políticas, enquanto elementos indissociáveis e garantidos na Constituição brasileira de 1988. Em meio a pluralidade de vozes externalizadas reivindicando acesso democrático às esferas de poder, as mulheres indígenas também buscam espaço na tomada de decisões internas dos seus próprios núcleos familiares, diante de uma sociedade patriarcal.

Percebe-se, ainda, que o Instagram propicia exposição e debates acerca da condição social e dos movimentos de resistência dos povos indígenas, além de expor estratégias desenvolvidas pelas lideranças para a condução das ações da organização quanto aos

eventos que participa e que promove. Tal fato está relacionado com o uso das ferramentas tecnológicas na disponibilização do material na rede social, primando pela construção imagética e representação simbólica das mulheres indígenas como forma de aproximação da cultura indígena, o que proporciona comprometimento com os assuntos divulgados.

O trabalho desenvolvido pelas mulheres da AGIR, por meio da rede social, ultrapassa a simples divulgação de ações, estabelecendo motivações para que as discussões teóricas ganhem espaço no cotidiano de cada indígena e potencialize as ações na prática. Ou seja, a abordagem na rede social reflete o cotidiano das mulheres na idealização e na construção de uma sociedade igualitária, com direitos sendo discutidos e aprimorados, posicionamentos políticos e espaços sendo requisitados e conquistados, e a própria cultura e do território sendo preservadas a partir das publicações na rede social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve o objetivo de mapear as 432 publicações do movimento social Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia no Instagram no período de 29 de julho de 2020 a 06 de outubro de 2025. Considerando as informações constantes no perfil da Associação, as postagens foram divididas em cinco categorias: 1) participação em eventos; 2) promoção de eventos; 3) manifestação de apoio ou repúdio; 4) Homenagens/celebrações; e 5) Outros.

A presença da AGIR na rede social denota o quanto imprescindível é o uso de ferramentas tecnológicas em prol da divulgação de ações de movimentos sociais, considerando que o Instagram contribui para fortalecer o papel de disseminador de informações e formador de opinião, na pluralidade de vozes femininas e na democratização de acessos, onde os dados permanecem no espaço digital para serem acessados por quem quiser, de onde quiser, sem intermediação.

A partir do perfil @guerreiras.indígenas.ro, é possível acessar o compartilhamento de informações em forma de texto e imagem, com reivindicações de direitos, propostas de mudanças, demonstração da atuação de membros da AGIR em participação e promoção de eventos, manifestação de apoio a pessoas importantes para a Associação ou repúdio a atos negligentes, bem como homenagens a personagens importantes para as questões indígenas, principalmente para a causa feminina. As postagens apresentam uma extensão da vivência de cada mulher indígena na luta pelo bem-viver, de forma plural.

A integração entre o virtual e o real ainda não é o almejado, pois depende do trabalho de cada mulher na própria formação, na formação dos pares, no respeito à cultura e na responsabilidade de cada pessoa, principalmente não-indígena, para que os direitos dos povos originários sejam respeitados e praticados. E é isso que o perfil das Guerreiras Indígenas de Rondônia pretende com suas postagens: dar voz e engrandecer cada ação de cada mulher indígena, de Rondônia para o mundo.

Referências

ALMEIDA, Jaqueline Reginaldo de, ANGELIN, Rosângela, VERONESE, Osmar. Identidade, diferença e reconhecimento: um olhar sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil e a pauta de enfrentamento à violência de gênero. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol.14, N.02, 2023, p.915-939. DOI: 10.1590/2179-8966/2021/58177| ISSN: 2179-8966.

Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga). *Carta Pela Vida e Pelos Corpos-Territórios*. 2025. Disponível em <https://anmiga.org/wp->

<content/uploads/2025/08/CARTA-PELA-VIDA-E-PELOS-CORPOS-TERRITORIOS-Nosso-corpo-e-territorio-Somos-as-guardias-do-planeta-pela-cura-da-terra.pdf>. Acesso em 26/11/2025

DUTRA, Juliana Cabral de O., MAYORGA, Claudia. Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2019 v. 39 (n.spe), e221693, p. 113-129. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221693>

Instituto Socioambiental (ISA), Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga). *Mulheres Indígenas em Movimento*. 2024. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Mulheres_ind%C3%ADgenas_em_movimento#Mapa_das_Organiza%C3%A7%C3%A3o.C3.A7.C3.B5es_das_Mulheres_Ind.C3.ADgenas. Acesso em 01/11/2025

KAUSS, Vera Lucia T., PERUZZO, Adreana. A inserção da mulher indígena brasileira na sociedade contemporânea através da literatura. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 32-45, jul./dez. 2012. p. 32-45.

NICHNIG, Claudia Regina. “Demarcando e ocupando o território internacional”: ativismos digitais de mulheres indígenas brasileiras através do ANMIGA. *INTERthesis – Revista Internacional Interdisciplinar*, Florianópolis, v. 22, p. 01-23, jan./dez. 2025.

NUNES, Aline de Fátima Silva, BEZERRA, Angélica Cristina de Melo, FREITAS, Maria Juliana Dionisio de. Lutas sociais das mulheres indígenas no Brasil: Uma perspectiva interdisciplinar. *Revista Eletrônica Direito & Conhecimento*. V.8, N.2, JUL-DEZ/2024. ISSN 2526.4745

RABELO, Nara Rúbia Santos, PARAGUASSÚ, Alita Carvalho Miranda, SILVA, Nunes Xavier da. O discurso da mulher indígena na rede social Instagram: Protagonismo e militância. *Dossiê Temático Educação Indígena*. Ed.32 Vol.1. 2021. JNT - Facit Business and Technology Journal ISSN: 2526-428.1Qualis B1 Págs.-254-277

SILVA, Flávia Campos. Mulheres indígenas e os espaços midiáticos: uma reflexão sobre silenciamento, memória e resistência. *RALED*. Vol. 18 (2), 2018.

SILVA, Joselaine Raquel da. Protagonismo Feminino nos Movimentos Indígenas no Brasil. VII Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe. *Espirales*, Edição Especial. Janeiro 2021.

Notas:

ⁱ Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Mulheres_ind%C3%ADgenas_em_movimento#Mapa_das_Organiza%C3%A7%C3%A3o.C3.A7.C3.B5es_das_Mulheres_Ind.C3.ADgenas. Acesso em 01/11/2025

ⁱⁱ Disponível em <https://anmiga.org/wp-content/uploads/2025/08/CARTA-PELA-VIDA-E-PELOS-CORPOS-TERRITORIOS-Nosso-corpo-e-territorio-Somos-as-guardias-do-planeta-pela-cura-da-terra.pdf>. Acesso em 26/11/2025

ⁱⁱⁱ Idem.

^{iv} Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Mulheres_ind%C3%ADgenas_em_movimento#Mapa_das_Organiza%C3%A7%C3%A3o.C3.A7.C3.B5es_das_Mulheres_Ind.C3.ADgenas. Acesso em 01/11/2025

^v Idem.